

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 02 a 04/05

O Plenário do Senado Federal pode votar os seguintes projetos de lei nesta semana:

- PL 3983/2019, pelo qual a certificação digital poderá relacionar diretamente os representantes e representados no caso de empresas, órgãos públicos e pessoas incapazes;
- PLS 338/2017, que permite deduzir do Imposto de Renda as doações feitas aos fundos controlados pelos conselhos de direitos das pessoas com deficiência.
- PL 2969/2022, que dispõe sobre a transformação de cargos de Analista do Ministério Público da União em cargos de Procurador da Justiça Militar, em cargos de Promotor da Justiça Militar e em cargos em comissão que especifica, no âmbito do Ministério Público Militar; e altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016.

Também consta na pauta a leitura da MP 1.150/2022, que amplia o prazo para que proprietários rurais e posseiros peçam adesão ao Programa de Regularização Ambiental. A MP foi aprovada na Câmara dos Deputados no dia 30 de abril.

Está prevista para amanhã (03), às 10h, sessão solene para Comemorar o Dia do Parlamento, os 200 anos da Primeira Assembleia Constituinte e a criação do Poder Legislativo no Brasil.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: O senado aprovou o PL 3.983/2019, que determina que sistemas de certificação digital que utilizem a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil) devem ter capacidade de relacionar pessoas físicas aos órgãos e pessoas jurídicas por elas representados, além de casos de assistência ou representação de incapazes. A matéria segue para análise na Câmara dos Deputados.

O Senado também aprovou o PL 2.969/2022, que transforma cargos de técnico do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público em cargos de nível superior. Matéria vai à sanção.

Comissão de Segurança Pública – 02/05 – 10h – Plenário 09

ITEM 1 – PL 1496/2021, que altera o art. 9º-A da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, Lei de Execução Penal, para dispor sobre a identificação do perfil genético de condenados. O relator, Senador Sérgio Moro, apresentou parecer favorável ao projeto, com a emenda substitutiva.

Resultado: Aprovado. A matéria segue para análise da CCJ.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 02 a 04/05

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), incluiu na pauta, desta 3ª feira, projeto de lei que trata do combate às fake news (PL 2630/20) será incluído na pauta de votações de hoje. O relator do PL das fake news, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), está negociando o texto com as lideranças e o governo. Para acessar o último parecer do relator, [clique aqui](#).

Constam na pauta ainda outras duas proposições do Poder Executivo:

- PL 1084/2023, que garante às gestantes ou puérperas, no âmbito da Bolsa-Atleta, o respeito à maternidade e aos direitos que a protegem.
- PL 1085/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens para o exercício da mesma função.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

Resultado: O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), adiou a votação do Projeto de Lei das Fake News (PL 2630/20). A decisão foi tomada nesta terça-feira (2) após pedido do relator da proposta, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), e consulta aos líderes partidários. Ainda não há nova data para inclusão da matéria na deliberativa.

A Câmara dos Deputados aprovou substitutivo ao PL1085/2023, que institui medidas para tentar garantir a igualdade salarial e remuneratória entre mulheres e homens na realização de trabalho de igual valor ou no exercício da mesma função. O texto segue agora para análise do Senado. Para acessar o parecer com o substitutivo, [clique aqui](#).

Comissão de Constituição e Justiça – 02/05, às 14h e 03 e 04/05, às 09h – Plenário 1

ITEM 11 – PEC 9/2023, que "altera a Emenda Constitucional nº 117, de 5 de abril de 2022, quanto à aplicação de sanções aos partidos que não preencheram a cota mínima de recursos ou que não destinaram os valores mínimos em razão de sexo e raça em eleições, bem como nas prestações de contas anuais e eleitorais". O relator, Diego Coronel, apresentou parecer pela admissibilidade da matéria.

Resultado: Vista conjunta aos Deputados Gilson Marques, Kim Kataguirí e Tarcísio Motta

Comissão de Agricultura – 04/05 – 10h – Plenário 06

Audiência pública sobre dobramentos da eventual revisão do Marco Temporal. Entre os convidados, destacam-se:

- Pedro Lupion, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária - FPA;
- Carlos Fávaro, ministro da Agricultura e Pecuária;
- **Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República.**

Resultado: Realizada.